

Por uma “história a contrapelo”: a importância do patrimônio na discussão sobre direitos trabalhistas na escola

For a “history against the grain”: the importance of heritage in the discussion about labor rights in school

Maria Luiza Fritsch Eloy,¹ UFRGS

Resumo

O presente artigo aborda a importância da Educação Patrimonial na discussão sobre a importância dos direitos trabalhistas na escola. Tal reflexão é construída a partir de uma mediação realizada com duas turmas de 9º ano do Ensino Fundamental sobre o acervo do Museu Estadual do Carvão. As reflexões construídas foram estruturadas pelas ideias de autonomia e recusa dos fatalismos, de Paulo Freire, bem como uma concepção de Educação Patrimonial que recusa a reprodução de relações de opressão vigentes. A valorização das experiências dos alunos, bem como o conceito de mediação participativa, de Nina Simon, foram fundamentais ao explorar o patrimônio como ferramenta de ensino. Possibilitou-se concluir que o Ensino de História e a Educação Patrimonial devem estar articulados de forma a valorizar as potencialidades dos alunos, tendo como objetivo uma educação emancipatória.

Palavras-chave: Direitos trabalhistas; Ensino de História; Educação Patrimonial; Museu Estadual do Carvão.

Abstract

The present article addresses the importance of Heritage Education in discussing the significance of labor rights at school. This reflection is built upon a mediation carried out with two 9th-grade classes of Elementary Education, focusing on the collection of the Museu Estadual do Carvão as part of a student teaching activity in Heritage Education. The practices and reflections were shaped by Paulo Freire’s ideas of autonomy and rejection of fatalism, as well as a conception of Heritage Education that refuses to reproduce current relations of oppression. The emphasis on students’ experiences, along with the concept of participatory mediation by Nina Simon, was fundamental in exploring heritage as a potential educational tool. Thus, it was possible to conclude that History Teaching and Heritage Education should be interconnected in a way that values students’ potential, aiming primarily at emancipatory education.

Key-words: Workers’ rights; History teaching; Heritage education; Museu Estadual do Carvão.

Introdução

O autor Átila Tolentino, ao tratar sobre a importância de uma educação patrimonial decolonial, entende que, no contexto pós Segunda Guerra Mundial e dos movimentos sociais e ideais revolucionários que afloraram especialmente na década de 1960, a educação patrimonial e a ideia de preservação do patrimônio histórico cultural que reproduzia relações

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

sociais de dominação ou exploração foram questionadas (Tolentino, 2018). Nesse sentido, é possível pensar que se passou a dispensar maior atenção à ideia de alinhar patrimônio às questões e mazelas sociais que permeavam a sociedade da época. É nessa perspectiva que se busca construir o presente trabalho. Defende-se, assim, a valorização de uma concepção de patrimônio e de Educação Patrimonial que sirva aos interesses do povo e que destaque seu protagonismo na construção da História e nas mais diversas formas de resistência às históricas formas de exploração e opressão.

O Museu Estadual do Carvão foi criado em 1986, com o intuito de preservar experiências e memórias sociais, políticas, econômicas e culturais relacionadas à mineração de carvão na região do Baixo Jacuí (Vivar; Simões; Cougo Jr, 2016). A Instituição é constituída pelas ruínas da antiga usina de mineração e toda a estrutura que comportava para que a atividade acontecesse, contando, hoje, ainda, com um arquivo, onde é armazenado o acervo objetal e documental ligado ao museu, aos trabalhadores e à empresa mineradora. Objetiva-se, no presente artigo, abordar a Educação Patrimonial como uma das ferramentas possíveis, dentro do Ensino de História, para abordar a importância dos direitos trabalhistas em diferentes níveis de ensino escolar, partindo, principalmente, da experiência de mediação social relacionada ao Museu Estadual do Carvão com turmas de 9º do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Bento, localizada no município de Lajeado, no Rio Grande do Sul.

Essa atividade foi realizada como parte do Estágio Docente em Educação Patrimonial do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no primeiro semestre letivo do ano de 2022, sob orientação das professoras Melina Kleinert Perussatto, Sarah Calvi Amaral e Carmen Zeli de Vargas Gil. Buscou-se construir, na perspectiva de Nina Simon, uma mediação participativa (Pacievitch, 2019) – ou seja, a atividade ocorreu de forma a tentar construir um horizonte comum com o público e fomentar que todos os envolvidos tivessem função ativa na mediação, suscitando perguntas e tentativas de aproximação dos educandos com a temática abordada, buscando não limitar-se a uma mera exposição do conteúdo do acervo do Museu abordado.

O objetivo central foi o de construir uma perspectiva crítica, em conjunto com o alunado, acerca da história e das experiências dos trabalhadores mineiros da região, destacando a importância dos direitos trabalhistas e o protagonismo dos mineiros nas lutas por isso, alternando e mesclando conflito e tentativa de negociação com o Estado e os proprietários das empresas mineradoras por melhores condições de vida e de trabalho na atividade da mineração. Dessa forma, a problematização que guiou a atividade de mediação

foi: como o acervo e os objetos sociais que compõem o Museu do Carvão podem ser importantes nas lutas atuais por mais direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho?

A partir da experiência de mediar e de buscar construir reflexões com os alunos sobre as questões levantadas acerca da problematização central, outros questionamentos surgem e podem ser desdobrados em relação à perspectiva de Educação Patrimonial crítica e de contraponto à reprodução de sistemas de dominação e exploração social vigentes. Um dos desafios colocados foi o de tratar sobre a questão da importância dos direitos trabalhistas - e da luta por eles - em uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental, em um contexto de ataque a esses direitos, a exemplo da Reforma Trabalhista, aprovada no ano de 2017, e também de tentativas de censurar e perseguir educadores que priorizam uma visão crítica da história e do sistema socio-econômico atual. A faixa etária do alunado também suscitou alguns desafios, como qual abordagem seria apropriada para construir uma mediação participativa (Simon, 2022), de forma a gerar interesse no tema e em participar e algum tipo de aproximação dos educandos com a temática e o patrimônio abordados.

O objetivo era, também, possibilitar que o grupo atribuísse sentido às discussões e reflexões contribuídas, não limitando a mediação a uma atividade expositiva desconexa de suas próprias experiências. Pensando nisso, o presente trabalho visa a construir, a partir de referenciais teóricos que valorizam uma Educação Patrimonial popular e de contraponto às narrativas que servem aos grupos dominantes, mas também da própria experiência da mediação, algumas possibilidades para abordar a importância dos direitos trabalhistas a partir do Ensino de História e da Educação Patrimonial.

Entre imagens e as realidades das minas de carvão: potencialidades e experiências dos educandos

Trabalhar com temáticas relacionadas à importância dos direitos trabalhistas e do protagonismo das lutas dos trabalhadores ao longo da história, em um contexto de uma Reforma Trabalhista que contribuiu para precarizar os direitos dos trabalhadores no Brasil, aprovada há apenas alguns anos, e de intensas discussões políticas acerca de projetos como o Escola Sem Partido, que defende suposta “neutralidade” na educação, não é tarefa simples. Dessa forma, abordar tais discussões e reflexões em turmas de Ensino Fundamental, como o 9º ano, pode conter desafios ainda maiores, dados a idade e o contexto de infância dos educandos.

Há, ainda, a preocupação em construir debates que não sejam desconexos de suas realidades, uma vez que o assunto não está sendo tratado com adultos trabalhadores. Contudo,

priorizando por uma educação crítica e que recusa fatalismos e ideias que servem às classes dominantes, pode-se destacar a ideia de Paulo Freire como central na mediação elaborada:

O educador que [...] “castra” a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se. Não forma, domestica (Freire, 2019, p. 56).

Portanto, valorizando uma educação que não seja mera transferência de conhecimentos e fatos históricos, pode-se pensar que a ideia que tal temática seria apropriada apenas para turmas de mais idade ou para educandos adultos seria tolher a liberdade de aprendizagem e construção do conhecimento dos mais jovens. Afinal, ainda que as turmas em questão não tivessem, ainda, alunos inseridos no mercado formal de trabalho, certamente eles vivenciam situações relacionadas aos mundos do trabalho e da realidade dos trabalhadores brasileiros a partir da própria convivência com os familiares.

Nesse sentido, vale destacar que a escola na qual a mediação foi realizada é pública e, portanto abriga públicos que são filhos da classe trabalhadora. Trata-se, portanto, de construir abordagens apropriadas para a faixa etária e de partir da compreensão de que a educação não passa a ser crítica, libertadora ou descolonizadora a partir de certo ponto do amadurecimento humano, mas o é intrinsecamente ou não o é. Carmem de Vargas Gil, ao refletir sobre educação patrimonial e ensino de história, entende que construir uma educação contrária às tradicionais formas de exclusão de povos marginalizados, como negros e indígenas, não se resume a uma metodologia, sendo necessário compreender as vozes diversas que reverberam no campo do patrimônio (Gil, 2020), bem como suas especificidades. Nesse sentido,

Se as pessoas possuem uma visão de mundo que resulta de suas experiências, é pertinente construir diferentes estratégias metodológicas com os patrimônios, que distanciem o currículo de História da lógica colonial que sustentou a narrativa oficial sobre o patrimônio no Brasil (Gil, 2020, p. 108).

Pensando nisso, a mediação foi construída de forma a buscar valorizar as experiências e a potencialidade dos conhecimentos dos alunos - sejam curriculares ou em relação às suas próprias vivências, também na perspectiva freiriana de questionar

por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (Freire, 2019, p. 32).

Portanto, um possível caminho para o desafio de discutir a importância dos direitos trabalhistas com uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental seria realizar questionamentos

e provocações - a partir do conteúdo abordado - que pudessem, de alguma forma, contribuir para construir uma aproximação dos alunos com o assunto trabalhado. A realidade do trabalho na mineração de carvão, enfatizado na mediação, poderia estar distante de muitos da classe, mas possivelmente muitos deles já experienciaram situações de conflito no trabalho - ou mesmo sentiram as consequências disso no seu dia a dia - a partir de suas famílias ou pessoas próximas, ou ainda vivenciaram contextos de lutas por melhorias nas condições de trabalho da sociedade em geral, como greves.

Buscou-se, assim, trabalhar a partir da iconografia do Museu e de seu acervo, partindo, inicialmente, de uma fotografia de trabalhadores mineiros em frente a uma mina de carvão, possivelmente entre o final do século XIX e início do século XX (Klovan, 2014) – fotografia 1 –, apresentada aos alunos em *Power Point* - pode-se destacar que as condições de trabalho e recursos audiovisuais foram verificadas com a professora Micaele Scheer, que acompanhou a mediação, anteriormente. A fotografia foi acompanhada pelo seguinte questionamento à turma: “há algo que vocês pensam que se destaca, ou que vocês consideram que chama mais a atenção de vocês, nessa imagem?”. A ideia de iniciar com um questionamento está ancorada na perspectiva de mediação participativa de Simon (2022), entendendo o questionamento como fundamental para tentar estabelecer uma aproximação, estimulando a curiosidade do público com os objetos sociais que estão sendo abordados.

Pacievitch defende que, nessa interlocução com o público, há intencionalidade, que pode ir desde a admiração e contemplação ao desejo de mudança e revolução, visando a construir o aprendizado (Pacievitch, 2022). Portanto, a construção e realização das perguntas também constituem desafios e carregam expectativas, uma vez que objetiva-se estabelecer uma conexão com os alunos a partir dela e, dessa forma, tornar a mediação um momento de real aprendizagem e trocas de conhecimentos de ambas as partes - professoras e alunado. Pensando nisso, antes de, de fato, questioná-los sobre a imagem, houve um momento de breve contextualização do Museu Estadual do Carvão e da mediação, de apresentação pessoal do mediador e de explicação sobre a importância do diálogo durante a atividade, afirmando que a participação daqueles que se sentissem à vontade seria muito importante e que a ideia não era que houvesse respostas corretas ou não, mas que eles realmente pudessem expor aquilo que sentiam, lembravam ou achavam sobre o que estava sendo apresentado. A apresentação pessoal e esse diálogo inicial podem ser pensados a partir da perspectiva de bell hooks, entendendo que

Esse apoio [à compartimentalização entre mente e corpo] reforça a separação dualista entre o público e o privado, estimulando os professores e os alunos a não ver ligação nenhuma entre as práticas de vida, os hábitos de ser e os papéis professorais (hooks, 2013, p. 29).

Assim, construir um espaço de diálogo em que mediador e alunos compreendessem uns aos outros enquanto sujeitos, e não somente nas funções mais rígidas da relação entre professor e aluno, parecia fundamental para que eles se entendessem como protagonistas da atividade, e não somente como espectadores. Tal relação, evidentemente, deve ser construída de forma saudável e dentro de todos os limites éticos da profissão docente.

Fotografia 1 – “Mineiros na segunda metade do século XIX em Arroio dos Ratos, sem data”
(Museu do Carvão)



Fonte: Museu do Carvão. Disponível em: <<https://museucarvao.blogspot.com/p/historico-da-mineracao.html>>. Acesso em: agosto de 2024.

Em relação às respostas, na primeira turma, cerca de 2 ou 3 alunos responderam, logo de início, que o elemento que mais lhes chamava a atenção era a presença da criança na imagem. Alguns chegaram a questionar se ela também trabalhava dentro da mina. Na segunda turma, embora alguns fossem mais tímidos - o que se pode considerar perfeitamente compreensível, seja por suas próprias subjetividades ou pelo fato de não conhecerem o mediador -, as respostas foram similares. Apesar de alguns apontarem detalhes como as roupas sujas, ou o fato de alguns mineiros estarem sem roupa, o apontamento da criança foi preponderante. A partir disso, interpretando as reações dos educandos e aproveitando o “gancho” (Pacievitch, 2019), iniciou-se a discussão abordando a questão do trabalho infantil e

das condições extremamente precárias dentro das minas, como evidenciado pelo calor excessivo - uma vez que alguns estavam sem roupas - e pela falta de oxigênio.

Especialmente quando as condições de trabalho dentro das minas eram discutidas, ou quando relatos de mineiros sobre o trabalho e o ambiente em que era executado apareciam, eram comuns expressões de surpresa por parte de alguns alunos, em ambas as turmas. Na segunda turma, duas alunas chegaram a relacionar com filmes ou documentários que viram sobre o caso de um time de futebol que, há alguns anos, ficara preso em uma mina de carvão desativada, o que se pode pensar que contribuiu para que conseguissem imaginar o cenário e o cotidiano dos mineiros.

“Lampiões a carbureto ou capacetes com lanternas?”: questionamentos e reflexões que vão desde as greves do século XIX até os direitos trabalhistas em 2022

Pensando na importância dos objetos dentro da mediação e entendendo seu potencial para gerar debate e reflexão, uma vez que portam memórias que são “[...] ressignificadas pelo olhar, pela mediação, pela poesia e pela política” (Costa, 2017, p. 117), fotografias de objetos do Museu foram abordadas - uma vez que os alunos não estavam presencialmente no espaço museológico. Uma reflexão sobre o papel das empresas em garantir a segurança dos trabalhadores, por exemplo, foi iniciada com uma provocação sobre o Lampião a Carbureto. Junto da imagem, a turma recebeu o seguinte questionamento: “qual instrumento vocês acreditam que melhor ilumina a mina de carvão - o lampião a carbureto ou um capacete com uma lanterna?”. Prontamente, parte da turma respondeu que o capacete iluminaria melhor, por ser mais moderno e menos rudimentar.

Dessa forma, lhes foi apresentado o relato de um mineiro que explicava que alguns preferiam o lampião a carbureto, ainda que o capacete iluminasse melhor - e fosse mais seguro -, uma vez que o gás liberado quando uma explosão iria acontecer apagava a chama do lampião. Isso lhes possibilitava uma margem de tempo, ainda que curta, para que pudessem tentar fugir antes de ocorrer a explosão e ferir-lhes ou mesmo matar-lhes. Dessa forma, os alunos teriam de responder: “seria essa uma escolha justa? o que vocês acham que seria uma alternativa correta nessa situação?”. Em ambas as turmas, alguns dos alunos esboçaram reações de surpresa a partir do fato, fazendo comentários, em suas próprias palavras, no sentido de defender que a empresa deveria garantir melhores condições de segurança.

Na segunda turma, inclusive, uma aluna ergueu a mão para questionar se os desabamentos aconteciam e se eram frequentes. Quando lhe foi respondido que esta era uma realidade, infelizmente, não tão incomum, ela relatou ficar muito chocada com essa

possibilidade. Pensando na interlocução entre mediador e alunos e no uso dos objetos como possível abordagem para discutir sobre a importância dos direitos trabalhistas, entende-se que

cabe a nós, como professores/as, dialogar com este universo, rico e complexo, para que possamos igualmente “negociar” sentidos com nossos alunos, imersos no consumo de tantos objetos, muitas vezes sem lê-los como artefatos perpassados por memórias e experiências de trabalho, luta e sociabilidade (Costa, 2017, p. 117).

Trata-se, portanto, de utilizar objetos que, num primeiro momento, podem parecer comuns a um público não especializado na temática como ponto de partida para incentivar debates e discussões acerca das memórias, experiências e formas de resistências diversas que carregam, construindo significados em conjunto para aquela forma de patrimônio. Nesse caso, os objetos lhes foram apresentados a partir da iconografia; contudo, seu potencial enquanto artefatos carregados de sentidos e mesmo de relações de poder que poderiam ser questionadas não foi diminuído. Novamente aproveitando a ideia de “gancho” (Pacievitch, 2019), a partir das respostas e reações dos alunos sobre a necessidade de as empresas garantirem a segurança e direitos básicos dos trabalhadores, a professora Micaele, responsável pela turma, introduziu uma discussão sobre o fato de essas empresas, por serem de grande porte e gerarem grande lucro para seus acionistas, terem plena capacidade de não somente garantir melhores condições de segurança, mas remunerações mais altas - a fim, por exemplo, de que os trabalhadores não precisassem fazer jornadas duplas para garantir seu sustento.

Pensando em articular saberes e experiências das vidas dos alunos com o ensino de História curricular (Freire, 2019) para construir uma aprendizagem com autonomia e sentido para os educandos, Micaele associou tal fato com a situação dos trabalhadores na pandemia. Relembrou, assim, o caso da Companhia Minuano de Alimentos, localizada em Lajeado - RS, que se recusou a liberar seus funcionários para que fizessem o isolamento para conter a disseminação de COVID-19 sob alegações de que não poderia pagar seus salários, o que resultou em um surto da doença que lotou o hospital da cidade. Alguns dos alunos sinalizaram assentindo com a cabeça, como se estivessem lembrando da situação - possivelmente vivenciada por seus pais ou outros de seus familiares.

Tal lembrança gerou uma reflexão sobre como empresas de grande porte e capital podem e devem garantir condições de segurança e de remuneração justa a seus funcionários, uma vez que possuem plenas capacidades de assim o fazer, ainda que tentem negar essa possibilidade sob alegações, falsas, de que não possuem recursos para tal - quando estão apenas priorizando seu lucro acima da vida dos trabalhadores. A discussão, na qual, em ambas

as turmas, os alunos parecem ter concordado majoritariamente com esse ponto de vista, é perpassada pela perspectiva freiriana de que um educador compromissado com uma educação crítica e emancipadora deve sempre negar os fatalismos (FREIRE, 2019) que contribuem para a exploração e opressão humana. É importante destacar, ainda, que o apoio da professora Micaele foi fundamental na mediação, não somente pela familiaridade que já tinha com o alunado, mas por aderir à mesma perspectiva educacional na realização da atividade.

Tais reflexões sobre a importância dos direitos trabalhistas e a forma como foram construídos com muitas lutas e resistências dos mineiros foram associadas com a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e com a promulgação de outros direitos trabalhistas durante o governo de Getúlio Vargas, conteúdo recentemente abordado em sala de aula pela professora. A ideia central foi discutir como nenhum dos direitos trabalhistas foi “favor” ou concessão de governantes ou outras lideranças, mas fruto de anos de demandas, dificuldades e lutas dos trabalhadores. Na primeira turma, inclusive, foi possível tecer uma comparação com algumas das medidas da Reforma Trabalhista de 2017, como a ideia de permitir que mulheres grávidas pudessem trabalhar em locais insalubres, enfatizando, assim, a necessidade de vigilância e luta constante pelos direitos trabalhistas mais básicos.

Na segunda turma, ainda, uma aluna teceu um comentário, em suas próprias palavras, no sentido de afirmar que entendia Getúlio Vargas como um presidente com muitas características ruins, como o autoritarismo e tentativas de manipulação dos sujeitos, mas que pensava ter sido importante ele ter negociado os direitos com os trabalhadores e, assim, promulgado a CLT. O comentário pode ser entendido como uma demonstração importante de autonomia no processo de aprendizagem, a partir das temáticas abordadas durante a mediação; afinal, a aluna demonstrou uma compreensão histórica que, na prática, pode-se pensar que se contrapõe às narrativas mais tradicionais de contar a história como embates entre vilões e heróis, com destaque para a complexidade das realidades sociais e políticas e para o protagonismo dos trabalhadores nessa construção.

No mesmo sentido de valorização das potencialidades e aproximação com as experiências dos alunos na construção do conhecimento, o tema das greves e paralisações como formas de lutas dos mineiros por melhores condições de vida e trabalho foi abordado. A Greve Mineira de 1946 (Speranza, 2012), ocorrida no complexo carbonífero que hoje é patrimonializado pelo Museu Estadual do Carvão, foi enfatizada. A greve dos caminhoneiros, ocorrida no Brasil em 2018, bem como as frequentes greves promovidas por professores, foram apontadas como forma de entender o que significava uma situação de greve, bem como a importância desse instrumento de luta. Alguns alunos lembraram que muitas pessoas

reclamam dos serviços que começam a deixar de ser prestados durante as greves, mas que outras apoiam.

A partir disso, iniciou-se uma discussão sobre os significados e importância das paralisações e sobre como elas costumam acontecer sob muitas dificuldades mesmo entre os participantes, uma vez que é comum que tenham, por exemplo, seus salários cortados ou reduzidos. Assim, o ponto de acordo sobre essa forma de protesto e reivindicação foi de que as greves acontecem quando outras tentativas de negociação costumam ser ignoradas ou negadas por patrões ou pelo governo, sendo a solidariedade entre os trabalhadores fundamental nesses momentos cruciais de lutas por mais direitos e melhores condições trabalhistas e de vida. A estratégia de relacionar eventos históricos ou abordar a importância das lutas por direitos trabalhistas a partir da relação com eventos vivenciados pelos alunos parece ter sido eficaz na construção de uma aproximação entre o público, o patrimônio que estava sendo trabalhado e a História curricular abordada em sala de aula, produzindo sentidos que vão além do espaço escolar. Valoriza-se, assim, uma perspectiva de educação patrimonial que não se limita à análise e observação de elementos como monumentos históricos, mas que possibilita

[...] ampliar as fontes documentais, permitindo que um conjunto de saberes, fazeres, formas de expressão, lugares, monumentos sejam problematizados em sua historicidade (Gil, 2020, p. 121).

Essa problematização a partir da ampliação das fontes documentais e das diversas formas de construir a aprendizagem é fundamental para gerar reflexões e discussões com sentidos e que não ficam desconectadas das realidades sociais dos educandos. É pensando, ainda, no ensino como a construção de possibilidades, oportunidades e condições para que os alunos possam construir a aprendizagem de forma autônoma (Freire, 2019), que uma última atividade foi proposta para concluir a mediação. Divididos em grupos de 4 ou 5 participantes de sua própria escolha, os alunos receberam *cards* com imagens e legendas - contendo descrições, curiosidades ou informações sobre a fotografia - de elementos do acervo do Museu Estadual do Carvão. Cada grupo deveria, assim, escolher aquele que considerasse que melhor representava a importância dos direitos trabalhistas, explicando, brevemente, o motivo de sua escolha.

O objetivo do presente artigo não é descrever as escolhas dos alunos ou suas explicações, no formato de relato, ainda que tais aspectos da mediação poderiam gerar outras ricas e complexas discussões; pretende-se, portanto, destacar que a forma de escolha, bem como o processo que os levou a definir suas opções e explicações, foi bastante construtivo em

termos de aprendizagem e discussão. Em ambas as turmas, a maioria, senão todos os grupos, chamaram a professora, ou a mim, mediadora, para questionar elementos sobre as imagens que iam além do que lhes fora apresentado na atividade - demonstrando, possivelmente, que, de alguma forma, o conteúdo dos *cards* despertou algum tipo de curiosidade ou interesse além daquilo que lhes fora solicitado.

Além disso, também nas duas turmas, mais de um grupo questionou se poderia apresentar mais de um *card* - o que pode ser um indicativo de que houve algum engajamento, de fato, ou uma significação dos elementos das imagens por parte dos alunos, uma vez que foram além do “mínimo” possível e quiseram expor aquilo que pensaram e refletiram sobre mais de uma imagem ou objeto na relação com a importância dos direitos trabalhistas. Tão importante quanto as suas próprias elaborações do porquê escolheram determinado *card* é o próprio processo de escolha e de produção das explicações, entendendo que

[...] o tempo das perguntas ou de conversas com os colegas podem nos dar evidências de que o processo de produção do conhecimento se inicia (Siman, 2003, p. 188).

Trata-se, portanto, de compreender a mediação participativa como momento que é repleto, também, de reflexões, silêncios, conversas - com o mediador ou com colegas -, opiniões, críticas, observações, dentre outras formas de expressão. Tais processos constituem a educação patrimonial e o ensino de história, passando pela subjetividade de cada aluno, por suas experiências e vivências e se entrelaçando na construção do conhecimento, seja curricular ou não - mas prezando e objetivando, sempre, a educação crítica e emancipadora.

Considerações finais

Walter Benjamin, ao tratar sobre o conceito de história e sobre as tarefas do historiador materialista histórico, defende que “considera sua tarefa escovar a história a contrapelo” (Benjamin, 1987). Tal proposição se encaixa perfeitamente numa concepção de educação patrimonial que contesta as formas de patrimônio histórico cultural que reproduzem relações de dominação e exploração. Abordar a importância dos direitos trabalhistas, especialmente num contexto de ataques ou redução dos mesmos, bem como de movimentos que visam a censurar professores que prezam por uma educação crítica, é fundamental para construir uma história que tem como central o protagonismo dos povos trabalhadores e as suas lutas por melhores condições de vida e justiça social.

A história “a contrapelo”, nesse sentido, não está apenas no plano simbólico; compreender o protagonismo e as lutas dos trabalhadores ao longo da história, bem como as

conquistas populares são fruto desse processo, significa prezar por uma história que contraponha os fatalismos, como destacado por Freire. Nesse sentido, busca-se compreender que outras formas de mundo e de vida são possíveis, ou, nas palavras de Frantz Fanon, “trata-se de deixar o homem livre” (Fanon, 2008, p. 26).

Pensando nesse objetivo e em uma concepção de história e educação emancipadoras e que, sobretudo, valorizam a vida humana em toda a sua diversidade, a educação patrimonial, dentro do Ensino de História, pode ser não somente instrumento de abordagem da temática dos direitos trabalhistas, mas uma própria forma de construir o ensino. Tal articulação passa, assim, pela valorização das experiências e saberes dos próprios alunos, entendendo que cada aluno, em sua própria idade e nível escolar, possui potencialidades diversas de aprendizagem. Nesse sentido, o diálogo, o contato com fontes históricas diversas e uma própria concepção de patrimônio que não se limite a bordões como “conhecer para preservar” (Scifoni, 2019) e a reproduzir narrativas tradicionais oficiais são essenciais.

Entende-se, assim, que cada faixa etária e nível de ensino podem requerer abordagens diferentes e apropriadas, mas sem jamais abrir mão de uma educação crítica que, além de estimular as diferentes potencialidades de cada educando, preza pela liberdade e que se contrapõe à reprodução de relações de dominação e exploração - afinal, a valorização da vida humana não se limita a um espaço ou nível escolar.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In: Obras escolhidas*, vol. 1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

COSTA, Carina M. A poesia das coisas no ensino de História: exercícios de sensibilização. *In: SIMAN. Lana Mara de Castro; MIRANDA, Sonia Regina (org.). Patrimônio no plural: educação, cidades e mediações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. “Investigações em educação patrimonial e ensino de história (2015-2017)”. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**. Recife, *online*, v. 38, p. 121, jan-jun 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KLOVAN, Felipe Figueiró. **Sob o fardo do Ouro Negro: as experiências da exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na década de 1930**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

PACIEVITCH, Caroline. **Mediação, mediação participativa e ensino de História em espaços de memória**. Texto produzido para disciplina de Estágio Docente e Educação Patrimonial, 2019.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista CPC**, São Paulo, n. 27, p. 14-31, jan/jul. 2019.

SIMAN, Lana Maria de Castro. “Práticas culturais e práticas escolares: aproximações e especificidades no ensino de história”. **História & Ensino**, Londrina, v. 9, p. 185-204, out. 2003.

SIMON, Nina. **The participatory museum**. Disponível em: <www.participatorymuseum.com>. Acesso em: 15 set. 2022.

SPERANZA, Clarice Gontarski. **Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

TOLENTINO, Átila. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, v. 1, n.1, p. 41-60, jan./jul 2018.

VIVAR, Jorge Eduardo Enríquez; SIMÕES, Silvia Sônia; COUGO JR, Francisco Alcides. **Museu Estadual do Carvão: Guia do Arquivo Histórico (1891-1936)**. Porto Alegre: Surya Projetos/Arquivistas sem fronteiras do Brasil. Secretaria da Cultura/Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2016.